



FORTALECENDO O PROTAGONISMO
de redes e articulações na promoção
DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL



Fortalecendo o protagonismo de redes e articulações na promoção de Direitos Humanos no Brasil

Missão

A missão do Fundo Brasil de Direitos Humanos consiste em contribuir para a realização de direitos humanos no Brasil, construindo mecanismos inovadores e sustentáveis que canalizem recursos para fortalecer organizações da sociedade civil e para desenvolver a filantropia de justiça social.

Quem somos

Instituidores

Abdias do Nascimento (1914-2011)
Margarida Genevois
Rose Maria Muraro (1930-2014)
Dom Pedro Casaldáliga

Conselho Curador

Gersem Luciano (Baniwa) – Presidente
Átila Roque
Denise Dora
Jacqueline Pitanguy
Jorge Eduardo Durão
Juana Kweitel
Jurema Werneck
Kenarik Boujikian
Letícia Sabatella
Mafoane Odara
Marcos José Pereira da Silva
Sérgio Haddad
Sueli Carneiro
Veriano Terto

Diretoria

Jorge Eduardo Durão – Diretor Presidente
Átila Roque – Diretor Vice-Presidente de Projetos
Denise Dora – Diretora Vice-Presidente de Formação
Marcos José Pereira da Silva – Diretor Vice-Presidente de Finanças

Conselho Fiscal

Marcos Fuchs – Presidente
Mário Monzoni – Vice-Presidente
Rubens Neves
Werner Fuchs

Equipe

Ana Valéria Araújo – Coordenadora Executiva
Ana Carolina Henriques – Analista de Projetos
Célia Elizabete F. da Luz – Auxiliar de Limpeza
Cristina Camargo – Assessora de Comunicação
Débora Borges – Assessora de Comunicação
Gislene Aniceto – Coordenadora Administrativa e Financeira
Kézia Marques – Coordenadora de Mobilização de Recursos
Maíra Junqueira – Coordenadora de Desenvolvimento Institucional
Maria Chiriano – Assistente de Projetos
Mayk Cardoso – Analista Financeiro
Taciana Gouveia – Coordenadora de Projetos
Thamara de Carvalho – Auxiliar de Mobilização de Recursos
Giovanna Gundim – Estagiária de Mobilização de Recursos

Créditos

Editor responsável
Ana Valéria Araújo

Equipe de edição

Maíra Junqueira e Taciana Gouveia

Pesquisa e textos

Cristina Camargo

Projeto gráfico

Brazz Design

Imagens

Acervo Fundo Brasil de Direitos Humanos e imagens das campanhas das redes participantes

Esta publicação está sob a licença Creative Commons CC BY 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), podendo ser reproduzida total ou parcialmente, sem autorização prévia do Fundo Brasil de Direitos Humanos, desde que citando a fonte original, inclusive autor do texto ou da foto quando for o caso. Para obras derivadas, deve-se licenciá-las também em CC BY 4.0.

São Paulo, março de 2015

índice

Canais abertos para o diálogo e a transformação – Ana Valéria Araújo

5

O papel das redes numa conjuntura ameaçadora – Jorge Eduardo Durão

9

Processo transformador e libertador – Sérgio Haddad

13

Quilombolas – Fortalecidos para preservar a cultura brasileira

17

Povos indígenas – Saber comunicar é conseguir sobreviver

21

Copa – O desafio de mostrar as violações de direitos

25

Defensorxs – Todos nós defendemos os direitos humanos

29

Violência de gênero – Articulação e diversidade em defesa dos direitos

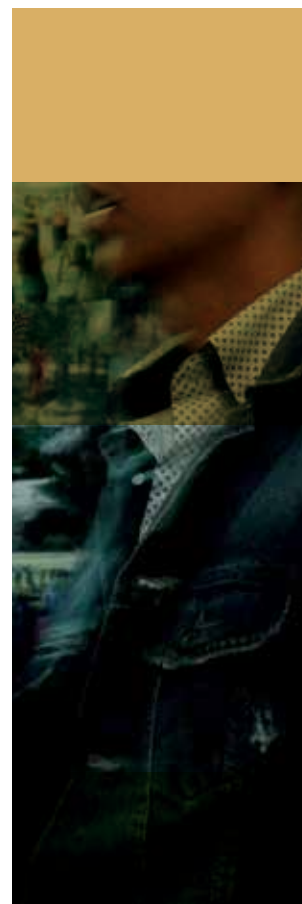
33

Juventude Negra – Denunciar o genocídio é ação permanente

37

A conquista da comunicação

41



Canais abertos para o diálogo e a transformação

É cada vez mais importante desenvolver estratégias de comunicação para ampliar as vozes das organizações da sociedade civil e indivíduos que defendem os direitos humanos no país. A comunicação, hoje, não é mero instrumento. Comunicar com eficiência é um dos principais objetivos do Fundo Brasil de Direitos Humanos, está no centro de nossas ações. E o motivo é simples: ampliar as vozes dos ativistas sociais significa conquistar mais respeito aos direitos humanos.

A sociedade brasileira conhece pouco o trabalho realizado por organizações de direitos humanos. Por isso tem dificuldades de compreender a relevância das suas ações, o quanto importante é apoiar suas iniciativas. O Fundo Brasil, que recebe uma média de 700 projetos todo ano, vindos das diversas regiões do país, possui um conhecimento profundo sobre quem faz o quê em temas de direitos humanos no país. Identifica atores e temas prioritários, em um panorama permanentemente atualizado da situação da sociedade civil, o que o coloca em posição privilegiada para comunicar e ajudar a jogar luz sobre causas que nos mostram como fazer um país melhor.

O projeto “Fortalecendo o protagonismo de redes e articulações na promoção de direitos humanos no Brasil”, realizado pelo Fundo Brasil com o patrocínio da Petrobras, partiu justamente da premissa de que é necessário comunicar com eficiência.

E cumpriu sua finalidade por meio da realização de encontros, oficinas e desenvolvimento de produtos ligados às causas dos grupos participantes.

O trabalho foi realizado em torno de um eixo principal – a violência –, ao qual se vinculavam cinco grandes temáticas: enfrentamento ao genocídio da juventude negra; enfrentamento à violência contra as mulheres e a população LGBT; proteção de defensores (as) de direitos humanos; promoção do direito à cidade; defesa do direito à terra e ao território.

Organizados em redes de ativistas, os grupos participantes abrangem um grande número de organizações. Em seu dia a dia, o Fundo Brasil está acostumado com o trabalho diversificado. Nosso apoio chega às regiões mais remotas e engloba uma grande variedade de temas, como o combate à violência institucional, ao racismo, à discriminação, a defesa dos direitos de povos indígenas, dos quilombolas e outras comunidades tradicionais, a proteção aos defensores de direitos humanos, a promoção do direito à cidade, o enfrentamento à homofobia e à violência contra a mulher, entre outros.

Diante dessa enorme gama temática, o diálogo entre as organizações pode até parecer difícil. No entanto, o projeto que chega agora à fase final mostrou o contrário. Com muito trabalho e investimento em formação e capacitação, criamos a oportunidade para que as organizações dialoguem e encontrem pautas em comum e consigam interagir.

Com o canal aberto para o diálogo e a interação, podemos conquistar um objetivo maior: o fortalecimento da defesa dos direitos humanos.

A comunicação é um tema comum e necessário a todas as organizações e indivíduos, independentemente da região em que se encontram ou das causas que defendem.

O assunto é bastante abrangente e complexo. Em nossos encontros e oficinas, debatemos desde o direito à comunicação até as estratégias para conseguir que as mensagens cheguem ao público. Para isso, foi preciso discutir questões como a definição do público alvo, a compreensão de nossas mensagens, o que fazer para driblar a hegemonia midiática e até que tipos de palavras usar.

O Fundo Brasil trabalha com a proposta inovadora de construir mecanismos sustentáveis para destinar recursos aos defensores de direitos humanos. Também oferecemos formação e capacitação às organizações e indivíduos apoiados. Dar visibilidade às organizações está entre as principais finalidades da fundação.

Por meio de sua atuação, o Fundo Brasil traz à tona questões muitas vezes negligenciadas e reivindicações de grupos e pessoas “invisíveis”. As estratégias de comunicação contribuem para transformar a realidade das organizações locais e criam uma voz coletiva e, portanto, mais forte.

Histórico

O Brasil permanece um país profundamente injusto e desigual. Direitos humanos são violados de várias formas em todas as regiões a todo momento. Neste contexto, os grupos dedicados a defender os direitos humanos presentes em todo o território nacional têm um grande papel a cumprir na consolidação do estado de direito para todos e todas.

Atualmente, o grande espaço ocupado na mídia por grupos ou pessoas que defendem posturas conservadoras e discriminatórias mostra que a atuação desses grupos é fundamental para evitar o retrocesso e garantir as conquistas necessárias.

O conhecimento sobre as técnicas de comunicação e a troca de experiências fortalece as organizações que, no dia a dia, enfrentam as constantes e crescentes contestações vindas de setores intolerantes e, em muitos casos, agressivos.

A formação e a capacitação são o caminho para criar mecanismos alternativos de comunicação e também para que a interação entre grupos e indivíduos diferentes não se perca ao longo do tempo.

Portanto, os velhos e os novos desafios exigem constante atenção para que a luta continue e tenhamos sucesso.

O projeto “Fortalecendo o protagonismo de redes e articulações na promoção de direitos humanos no Brasil” mostrou que, apesar das distâncias e dos temas variados e realidades diferentes, é possível articular e fortalecer as redes de defensores de direitos humanos.

O caminho é longo, mas este foi um grande passo.



Ana Valéria Araújo é coordenadora executiva do Fundo Brasil de Direitos Humanos. É advogada mestre em Direito Internacional, com ênfase em Direitos Humanos. É especializada em direitos indígenas e na defesa dos direitos socioambientais.

A COMUNICAÇÃO, HOJE, NÃO É MERO INSTRUMENTO. COMUNICAR COM EFICIÊNCIA É UM DOS PRINCIPAIS OBJETIVOS DO FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS, ESTÁ NO CENTRO DE NOSSAS AÇÕES

A distribuição dos defensores de direitos humanos no imenso território geográfico brasileiro é um antigo desafio. Pode provocar o isolamento e prejudicar a visibilidade e até a sobrevivência dos grupos de ativistas.

O papel das redes numa conjuntura ameaçadora



Com o objetivo de promover o respeito aos direitos humanos no Brasil, o Fundo Brasil de Direitos Humanos tem procurado fortalecer o protagonismo das redes e articulações de organizações da sociedade civil que trabalham nesse campo. São inúmeras as organizações que trabalham com diferentes agendas no campo dos direitos humanos e que se articularam com o propósito de fortalecer os processos coletivos. São grupos que lidam com a questão do direito da mulher, a violência em grandes centros urbanos, as questões da discriminação racial, a luta por direitos indígenas, a injustiça ambiental, a segurança alimentar, a defesa dos bens comuns, entre outros. Neste início de 2015, o papel das redes na promoção e defesa dos direitos humanos adquire importância renovada num contexto de acirramento das lutas de classes.

Na conjuntura que se inaugura com as eleições de 2014, marcada pelo recrudescimento das manifestações de intolerância política, de animosidade explícita dos ricos e da classe média alta contra os pobres, em meio ao terrorismo econômico promovido pelos defensores do “mercado”, novas ameaças se somam à permanência dos fatores estruturais que fazem do Brasil uma sociedade profundamente injusta, desigual e violenta.

Nesse cenário de radicalização política, a sociedade civil, como arena privilegiada das lutas sociais, torna-se palco de disputa acirrada entre os interesses antagônicos das classes sociais, virando-se assim a página de um período de conciliação em que, até certo ponto, todos ganhavam, embora seja óbvio que alguns setores ganhavam muito mais do que os outros.

Agora, a parcela da sociedade civil organizada comprometida com a luta contra as desigualdades e pelos direitos humanos, formada pelos movimentos sociais e pelas organizações não governamentais combativas, terá de enfrentar os novos atores políticos da direita e suas organizações na sociedade civil, como as que estão por trás das manifestações de 15 de março.

O quadro político e institucional após as eleições do ano passado se apresenta desastroso do ponto de vista dos interesses das maiorias interessadas na redução das desigualdades e no aprofundamento da democracia. O novo Congresso Nacional extremamente conservador, com uma representação ampliada das bancadas do agronegócio, da mineração, da bala e do fundamentalismo religioso, representa uma ampla ameaça de retrocesso na questão dos direitos humanos. A decisão da presidente da República de adotar o programa de ajuste dos seus adversários derrotados já resultou na perda de direitos dos trabalhadores e só beneficia a oligarquia financeira, que apesar disso não recua da sua firme disposição de manter sitiado o governo.



Fortalecendo o protagonismo de redes e articulações na promoção de Direitos Humanos no Brasil

O campo dos defensores dos direitos humanos e da luta contra a desigualdade – os movimentos sociais “clássicos” e os “novos atores políticos” que emergiram com as manifestações de 2013 – têm de se movimentar num cenário político confuso e contraditório. A debilidade da representação político-partidária desse campo, ressaltada a honrosa atuação da pequena bancada dos direitos humanos no Congresso, e o papel hegemônico da mídia empresarial na defesa do bloco no poder, tornam extremamente desigual a luta entre o campo dos defensores dos direitos humanos e a atual ofensiva das forças conservadoras visando a reverter os avanços sociais deste início de século.

É verdade que o que está em curso é apenas a radicalização de um processo que já vem de muito antes. Agora a direita saiu do armário, mas não podemos esquecer, para dar apenas um exemplo, que já em 2013 o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputado Luis Carlos Heinze (PP), agora investigado pelo STF na Operação Lava Jato, chegou a classificar, em sua fala, quilombolas, índios, gays e lésbicas como “tudo que não presta”.

Manifestações odiosas como essa mostram que o fato de as redes estarem diante de novos desafios da conjuntura não deve nos fazer esquecer que elas enfrentam contradições seculares da sociedade brasileira, como é o caso do racismo estrutural.

Para lutar contra esse racismo estrutural é que surgiu a Campanha Reaja ou será mort@, uma articulação de movimentos e comunidades de negros e negras da capital e interior

do estado da Bahia, articulada nacionalmente e com organizações que lutam contra a brutalidade policial, pela causa antiprisional e pela reparação aos familiares de vítimas do Estado (execuções sumárias e extrajudiciais) e dos esquadrões da morte, milícias e grupos de extermínio. O Fundo Brasil de Direitos Humanos apoia diversas redes e organizações do Movimento Negro engajadas na luta contra o racismo institucional e outras manifestações do racismo na sociedade brasileira.

Numa sociedade complexa como a nossa, é imenso o desafio enfrentado pelos movimentos sociais e defensores dos direitos humanos ao se contraporem à naturalização das violações de direitos, sobretudo quando a ideologia dominante consegue caracterizá-las como efeitos colaterais e inevitáveis do crescimento econômico e do progresso “que beneficia as maiorias”.

É o que ocorre quando está em jogo a defesa de direitos das populações ameaçadas ou atingidas pelo atual modelo de desenvolvimento. A Rede Brasileira de Justiça Ambiental, que resulta da iniciativa de movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores/as, ONGs, entidades ambientalistas, ecologistas, organizações de afrodescendentes e indígenas e pesquisadores/as universitários/as, associações de atingidos pela mineração, etc., desenvolve uma atuação relevante na visibilização e articulação de lutas contra a distribuição de forma desigual dos danos e violações sobre as populações discriminadas na expansão do atual modelo de desenvolvimento.

Uma vez que a característica das redes é que elas são estruturas abertas, em constante expansão por meio da integração de novos integrantes que compartilhem os mesmos valores e objetivos, é evidente a sua importância para a organização e a mobilização da sociedade.

Como instrumento de mobilização social, a estrutura de redes tem sido decisiva para potencializar ações que teriam impacto muito reduzido se fossem feitas por uma única entidade ou segmento, sobretudo dada a sua característica de reunir organizações de diferentes origens e composição social, unidas por uma causa comum.

A ESTRUTURA DE REDES TEM SIDO DECISIVA PARA POTENCIALIZAR AÇÕES QUE TERIAM IMPACTO MUITO REDUZIDO SE FOSSEM FEITAS POR UMA ÚNICA ENTIDADE OU SEGMENTO

O reconhecimento e valorização do papel das redes – com destaque para a sua singular importância na mobilização social e nas lutas de resistência – não deve impedir a nossa compreensão dos limites da sua atuação num contexto em que a crise de referencial político afeta o conjunto dos movimentos sociais, entidades e redes do campo popular no Brasil.



Divisores de água como a crítica ao atual paradigma de desenvolvimento ou a superação da fragmentação política do antes denominado campo democrático e popular não são, evidentemente, desafios que possam ser enfrentados apenas pela atuação das redes.

Podemos esperar, no entanto, que as ameaças de retrocesso generalizado dos direitos da maioria da nossa população, nesse cenário de tentativa de restauração plena do capitalismo selvagem brasileiro, o diálogo e articulação entre redes e movimentos sociais possam contribuir para ascendermos a um novo patamar das lutas democráticas e pelos direitos em nosso país.



Jorge Eduardo Durão é diretor presidente do Fundo Brasil de Direitos Humanos. É advogado com pós-graduação em Antropologia Social. É assessor da diretoria executiva da FASE – Solidariedade e Educação. Foi presidente da ABONG (Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais).

Processo transformador e libertador



Em qualquer processo de ativismo social, a preocupação com a formação deve ser central. Ela é essencial para que as pessoas não tomem atitudes sem refletir e também para que as decisões sobre o como agir ocorram de maneira estratégica.

Na área de direitos humanos, em particular, há metodologias desenvolvidas para a formação dos ativistas, focadas principalmente nas áreas de comunicação e advocacy, que estão entrelaçadas e têm grande peso na defesa das causas sociais.

Utilizada de forma estratégica, a comunicação amplia o alcance das ações de grupos e indivíduos defensores dos direitos humanos. Numa formação sobre comunicação, uma das questões levadas em conta é a necessidade de traduzir as ideias que serão compartilhadas. É sempre necessário considerar o outro, a disposição dele para receber as informações, a experiência que carrega.

Também é fundamental entender que não existe forma neutra de comunicação e que isso vale tanto para quem defende as causas sociais como para os contrários.

Já a prática de advocacy, também chamado de o lobby do bem, engaja organizações sociais na promoção e defesa de direitos. Significa lutar por uma causa e influenciar na formação de políticas públicas que visem a justiça social. Ações como

acompanhar a tramitação de projetos de lei ou outras propostas, participar de manifestações e promover palestras, cursos e oficinas estão enquadradas nas ações de advocacy.

Nos últimos anos, a sociedade civil acumulou conhecimentos nas áreas de comunicação e advocacy que nem sempre estão nas mãos de quem vive na base da sociedade, no dia a dia das lutas sociais. Conseguir compartilhar esses conhecimentos é um dos pontos centrais dos processos de formação. Tais processos têm o desafio de promover o desenvolvimento das habilidades pessoais e grupais e, dessa forma, fortalecer o ativismo.

A grande função de um processo de formação é fazer com que as pessoas ganhem autonomia nos conteúdos e práticas discutidas, consigam analisar o seu papel no mundo e ajudem na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Existem vários estudos mostrando que a motivação não é apenas política e social. Há um fator bastante importante, que é a disponibilidade pessoal para se envolver em um trabalho conjunto.

Neste sentido, as metodologias participativas possibilitam o aprendizado por meio da troca de experiências vividas por cada um. São fortes instrumentos de motivação em um processo de formação.

Como dizia o educador Paulo Freire, educar não é apenas transferir conhecimento e sim criar oportunidades para que as pessoas, a partir das suas experiências, do confronto de ideias, dos ensinamentos teóricos, possam, com autonomia, construir as aprendizagens necessárias para viver em sociedade e transformá-la de acordo com seus interesses. Numa educação crítica, as pessoas não são tratadas como meras receptoras de informações e sim como agentes da sua própria aprendizagem, produzindo os instrumentos que permitam o seu engajamento na conquista de direitos e na transformação social.

Educação é um direito de toda a sociedade, está na essência da sua existência. Diferente de outros seres vivos, o ser humano é o único capaz de ensinar e aprender ao longo de toda a sua vida. Colocar esta educação a serviço da promoção e da defesa dos direitos é um grande desafio para todas as pessoas, organizações e movimentos que lutam por um país mais justo e democrático.

Comunicação

Num processo de formação para ativistas de direitos humanos, a comunicação tem uma dimensão ampla. Não é apenas comunicar o que gostaríamos de transmitir, mas também fazer a conexão entre os diversos grupos de uma mesma causa e, dessa forma, ampliar a capacidade de influir em sua defesa.

Uma formação plena é a que conquista e consolida essa conexão. De tal forma que a relação entre os movimentos prossiga e não seja encerrada no final de um processo específico.

Há no plano midiático uma disputa de significados e valores. É fundamental conhecer essa realidade para saber atuar na defesa de direitos. Por um lado, desenvolvendo uma leitura crítica da mídia, por outro, produzindo e veiculando mensagens que possibilitem esta disputa em favor dos direitos humanos.

É um momento difícil na “guerra” midiática. Basta ver os temas colocados em pauta atualmente, como a defesa da redução da maioria penal, o aumento da homofobia, a ameaça sobre as terras indígenas. Havíamos avançado e hoje há um processo de retrocesso com grande força comunicacional.



A GRANDE FUNÇÃO DE UM PROCESSO DE FORMAÇÃO É FAZER COM QUE AS PESSOAS GANHEM AUTONOMIA NOS CONTEÚDOS E PRÁTICAS DISCUTIDAS

Neste cenário, é estratégico tanto disputar a grande mídia como criar formas alternativas de comunicação.

O desenvolvimento das novas tecnologias facilita a comunicação dos setores que não dominam a grande mídia pois trouxe velocidade na circulação de informações e possibilidades de acesso a setores amplos da sociedade. No entanto, há uma questão que não podemos ignorar: as facilidades tecnológicas são para todos, inclusive para os setores que pregam um retrocesso nos direitos conquistados.

Apenas a comunicação não forma, mas ajuda a informar. O processo formativo é mais profundo, vai às raízes.



Sérgio Haddad é educador e economista, com doutorado em Sociologia da Educação. É fundador e coordenador de Desenvolvimento e Inovação da Ação Educativa. Foi o primeiro presidente do Fundo Brasil de Direitos Humanos. É fundador e foi presidente e diretor de Relações Internacionais da Associação Brasileira das ONGs. Participou da criação e implantação do Fórum Social Mundial. Foi relator nacional para o Direito Humano à Educação e professor do programa de pós-graduação em Educação da PUC-SP

Quilombolas

Fortalecidos para preservar a cultura brasileira

Conseguir estimular um olhar que não seja moldado pelos padrões europeus e norte-americanos e que esteja atento ao que o Brasil tem de melhor foi uma das principais metas da campanha de comunicação “O Brasil também é Quilombola”, desenvolvida por integrantes da rede “Defesa do direito à terra e ao território”, formada pela Conaq (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas) e pela Apib ((Articulação dos Povos Indígenas do Brasil).

“O QUE A GENTE TEM DE MELHOR É O POVO. QUE ESSE POVO QUILOMBOLA, NEGRO E RURAL EM SUA GRANDE MAIORIA, SEJA VALORIZADO”, DEFENDE ISABELA DA CRUZ, UMA DAS INTEGRANTES DA REDE

“O que a gente tem de melhor é o povo. Que esse povo quilombola, negro e rural em sua grande maioria, seja valorizado”, defende Isabela da Cruz, ativista da Conaq.

Para a Conaq, o projeto “Fortalecendo o protagonismo de redes e articulações na promoção de direitos humanos no Brasil”, realizado pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos com o patrocínio da Petrobras, possibilitou a ampliação dos contatos e o fortalecimento da campanha de comunicação.

Uma das conquistas foi a qualificação para identificar com mais exatidão o público que os integrantes da rede querem atingir.

O plano de comunicação teve dois públicos alvos: os quilombolas e a população em geral.

Quilombolas



Adalmir José da Silva, Núbia Cristina Santana de Souza, Isabela da Cruz, Sandra Maria da Silva Andrade (da esq. p/ dir., na foto ao lado) e Rejane Maria de Oliveira (à dir., na foto abaixo), representantes de comunidades quilombolas, participaram das oficinas e encontros

O movimento quilombola é formado por comunidades presentes em 24 estados do país. A pauta em comum é a luta pela regularização fundiária dos territórios.

Os quilombolas entendem que sem os territórios não há como dar continuidade à cultura e às tradições.

“Sofremos bastante em virtude da falta de acesso às políticas públicas, em virtude da falta de regularização fundiária e também com a questão da visibilidade das comunidades”, diz Adalmir José da Silva, também integrante da Conaq. “Tentamos fortalecer a questão da educação. Uma educação que fale a nossa língua e que seja de dentro para fora e não de fora para dentro”.



ARTICULADAS E CONSCIENTES,
AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS
TÊM MAIS POSSIBILIDADES DE
MOSTRAR SUA IMPORTÂNCIA

Ter conhecimento é considerado fundamental para que os quilombolas possam se posicionar sem influência dos grandes meios de comunicação.

Outra conquista foi aproveitar as facilidades proporcionadas pelo uso da tecnologia. Para Isabela da Cruz, da comunidade quilombola Paiol da Telha, no Paraná, o compartilhamento de informações por meio do uso das novas tecnologias, como o WhatsApp, faz com que a comunicação seja mais eficiente, inclusive entre os próprios quilombolas.

Articuladas e conscientes, as comunidades quilombolas têm mais possibilidades de mostrar sua importância para a preservação da cultura brasileira.

“O Brasil também é quilombola e a gente é lindo por isso”, conclui Isabela.

Povos Indígenas

Saber comunicar é conseguir sobreviver

Para os povos indígenas, o desenvolvimento de estratégias de comunicação tem importância duplicada. Por meio dessas estratégias, eles podem combater as visões estereotipadas e mostrar à sociedade os problemas reais enfrentados na atualidade. Ao mesmo tempo, a comunicação é essencial para que as informações cheguem às comunidades e as fortaleçam para os enfrentamentos.

A rede é formada pela Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) e pela Conaq (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas).

Mostrar os problemas reais em relação à demarcação de terra, a partir do dia a dia de quem vive isso, é uma das estratégias utilizadas pela rede. Outra forma de ter a comunicação como instrumento para os enfrentamentos é adotar linguagem apropriada às comunidades indígenas.

“A terra para nós é vida. Queremos mostrar essa realidade a partir de nossa visão, nosso ponto de vista, do que a gente precisa e não do que os outros dizem que a gente precisa”, afirma Sônia, coordenadora executiva da Apib.

A visão conservadora e estereotipada em relação aos povos indígenas é uma das questões enfrentadas.

“A TERRA PARA NÓS É VIDA.

QUEREMOS MOSTRAR ESSA

REALIDADE A PARTIR DE NOSSA

VISÃO, NOSSO PONTO DE VISTA”,

DIZ SÔNIA GUAJAJARA, DA APIB

“É importante que nossa população entenda o momento dramático que vivemos e, com isso, fortaleça o movimento indígena para fazer o enfrentamento que precisa ser feito junto aos três poderes da União”, diz Sônia Guajajara, uma das líderes da rede “Defesa do direito à terra e ao território”.

Povos Indígenas



Na foto acima, Sônia Guajajara fala sobre a experiência de participação no projeto; ao lado, a coordenadora de Projetos do Fundo Brasil, Taciana Gouveia, observa Mayra Wapichana numa das oficinas de redes

“Enxergam o índio como ser exótico, aquele que tem de ficar no meio do mato, sempre pintado e que quando deixa de usar isso (pintura) também deixa de ser indígena”, descreve Sônia

Na avaliação dela, o Brasil vive hoje um momento grave em relação à criminalização das lideranças, à demarcação de terras e ao retrocesso de direitos.



EM UM CENÁRIO CHEIO DE DESAFIOS, SABER COMUNICAR É QUESTÃO DE SOBREVIVÊNCIA

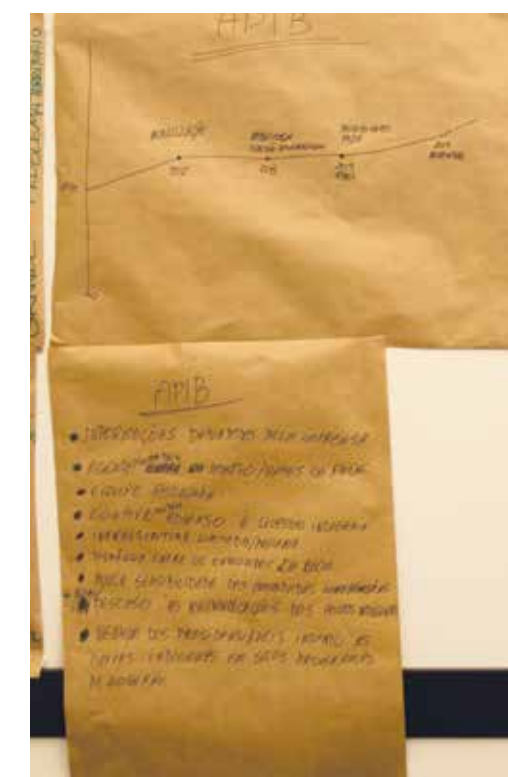
Parcerias como a que possibilitou o projeto “Fortalecendo o protagonismo de redes e articulações na promoção de direitos humanos no Brasil”, realizado pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos com o patrocínio da Petrobras, são fundamentais para ampliar o alcance das ações dos grupos que defendem o direito à terra e ao território.

“Sem a terra, sem a garantia dos territórios, os povos não conseguem sobreviver”, argumenta Sônia.

Na avaliação de Mayra Felina da Silva Pereira, indígena do povo Wapixana, em Roraima, um dos principais avanços foi o fortalecimento de plataformas locais de produção de notícias e também o contraponto às mídias tradicionais.

Desde o início da história do Brasil, os povos indígenas lutam para preservar seus territórios e manifestações culturais. Atualmente, lidam com a expansão do agronegócio e com as ameaças trazidas pelas grandes obras de infraestrutura.

Num cenário cheio de desafios como esse, saber comunicar é questão de sobrevivência.



Copa

O desafio de mostrar as violações aos direitos

Em 2014, ano de Copa do Mundo no Brasil, a Ancop (Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa) encarou um desafio e tanto: levar à sociedade informações sobre as violações de direitos humanos ocorridas no contexto dos megaeventos esportivos sediados no país – Copa e Olimpíadas 2016.



A ANCOP ASSUMIU A MISSÃO

DE DENUNCIAR AS VIOLAÇÕES

E DEBATER O DIREITO À CIDADE,

À MOBILIDADE URBANA E À

LIVRE MANIFESTAÇÃO

“Os megaeventos trazem a imposição de um modelo desenvolvimentista excludente imposto pelo mercado neoliberal”, diz Fidélis Oliveira Alcântara, da Ancop, um dos representantes da rede “Promoção do Direito à Cidade”.

Comunidades pobres, que já sofriam com diversos problemas, passaram a enfrentar ainda mais dificuldades por causa dos modelos de desenvolvimento adotados em função dos megaeventos. Alguns exemplos são os moradores em situação de rua e moradores de ocupações urbanas localizadas em vilas ou favelas.

Os integrantes da rede precisaram encontrar formas de divulgar informações sobre o massacre da população. O projeto de comunicação criado teve o objetivo de dar visibilidade às violações nas cidades-sede da Copa e Olimpíadas.

“Criamos uma estrutura de comunicação nas cidades e desenvolvemos campanhas para levar o maior número de pessoas possível para saberem o que está acontecendo”, afirma Kátia Marko, representante da Ancop.

Em meio às ações midiáticas de divulgação dos eventos como realizações positivas para o Brasil, a Ancop assumiu a missão de denunciar as violações e debater o direito à cidade, à mobilidade urbana e à livre manifestação e à não criminalização dos movimentos sociais.

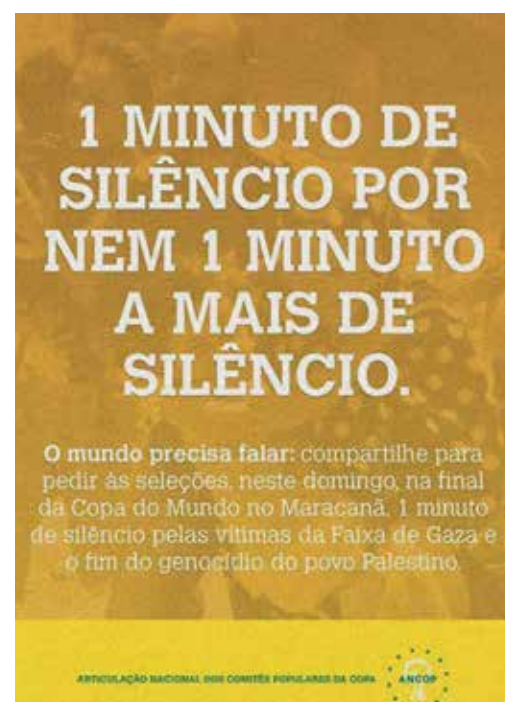
O tema “Promoção do Direito à Cidade” foi um dos abordados no projeto “Fortalecendo o protagonismo de redes e articulações na promoção de direitos humanos no Brasil”, realizado pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos com o patrocínio da Petrobras.

A campanha de comunicação da rede “Promoção do Direito à Cidade” mostrou as violações aos direitos provocadas pelos megaeventos



Copa

André Mantelli, Roger Pires e Kátia Marko, da Ancop, divulgam a campanha de comunicação durante uma das oficinas realizadas pelo Fundo Brasil



O material produzido chama a atenção para violações de direitos humanos fora e dentro do Brasil



LIVRE E PLURAL, A INTERNET FOI UTILIZADA PARA ATINGIR O MAIOR NÚMERO DE PESSOAS POSSÍVEL



A internet, definida por Roger Quentin Peres, também da rede, como um meio livre e plural, foi utilizada para atingir o maior número de pessoas possível.

Outro trabalho realizado foi o de prestar assessoria de imprensa para os veículos de comunicação interessados em abordar os megaeventos sob o ponto de vista da violação de direitos humanos.

Um vídeo promovido pela rede sobre as remoções de moradores por causa da Copa alcançou milhares de visualizações. A hashtag "Copa para quem" foi disseminada nas redes sociais e ajudou a espalhar as informações sobre violações a direitos trabalhistas, remoções de moradores e "limpezas" urbanas ocorridas por causa da competição esportiva.

A definição e organização de um plano de comunicação estratégico fez com que a Ancop conseguisse mobilizar grupos em todo o país em torno das denúncias de violações e do modelo de cidade excludente imposto em função dos megaeventos.



Defensorxs



Trabalho de Guilherme Resende para a campanha "Somos Todos Defensorxs"

Todos nós defendemos os direitos humanos

O depoimento do advogado Thiago Melo em um dos vídeos da campanha "Somos Todxs Defensorxs" é uma síntese do processo de criminalização de defensores e defensoras de direitos humanos por parte das instituições do Estado no Brasil.



"ADVOGADOS HOJE VIVEM COM UMA SOMBRA, UM FANTASMA PERMANENTE DE INQUÉRITOS SIGILOSOS. A PRIVACIDADE É TOTALMENTE ROMPIDA", AFIRMA THIAGO MELO

"Advogados hoje vivem com uma sombra, um fantasma permanente de inquéritos sigilosos. São feitos rastreamentos das redes sociais, dos telefones. A privacidade é totalmente rompida", diz Thiago, um dos fundadores do Instituto de Defesa de Direitos Humanos, no Rio de Janeiro.

Ele atua na denúncia de prisões e detenções arbitrárias, agressões e lesões e também na defesa de manifestantes perseguidos por causa dos protestos que tomaram as ruas a partir de junho de 2013.

A campanha de comunicação foi desenvolvida pela rede "Proteção de Defensores (as) de Direitos Humanos", formada por Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, MNDH (Movimento Nacional de Direitos Humanos) e Plataforma Dhesca. A rede fez parte do projeto "Fortalecendo o protagonismo de redes e articulações na promoção de direitos humanos no Brasil", realizado pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos com o patrocínio da Petrobras.

O objetivo foi dar visibilidade a casos de ameaças a defensores de direitos humanos, possibilitar que as ameaças sofridas sejam vistas por toda a sociedade.

"Além disso, a intenção é que cada pessoa se identifique como defensor dos direitos humanos", explica Anderson Luiz Moreira, da Plataforma Dhesca e um dos representantes da rede. Lutar pelos direitos básicos como moradia, saúde e educação também é defender os direitos humanos.

Defensorxs

Anderson Moreira, da Plataforma Dhesca, fala sobre comunicação e direitos humanos em encontro do Fundo Brasil



Ilustração mostra a união de vários segmentos da sociedade civil unidos pelos direitos humanos



O uso de blogs, canal de vídeos e das redes sociais fez parte da campanha, que contou ainda com a distribuição de material impresso.

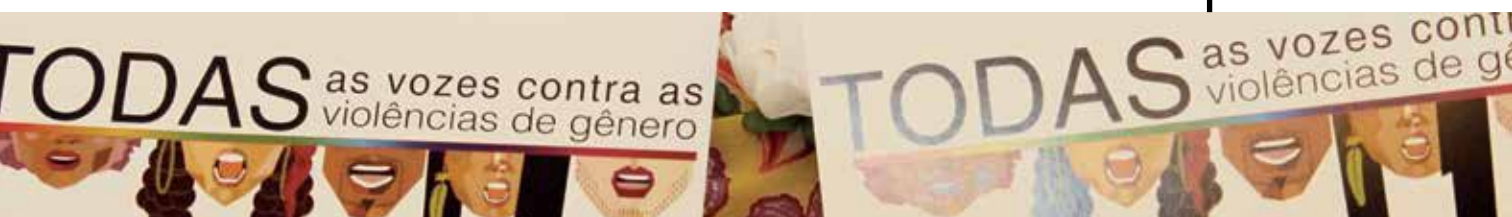
“A participação no projeto foi muito positiva porque fortaleceu nosso trabalho em rede, aproximando entidades do campo dos direitos humanos numa atuação conjunta”, analisa Iara Moura, do Intervozes, representante da rede. “Conhecemos diversas dinâmicas e percebemos que o trabalho conjunto fortaleceu o objetivo da campanha”.

Nos encontros e oficinas do projeto, os defensores conseguiram subsídios para a produção de materiais e conhecimento para a atuação.

“CONHECEMOS DIVERSAS
DINÂMICAS E PERCEBEMOS
QUE O TRABALHO CONJUNTO
FORTALECEU O OBJETIVO DA
CAMPANHA”, RELATA IARA MOURA

“Especificamente para o Intervozes, a participação no projeto ampliou nosso escopo de atuação no campo dos direitos humanos, possibilitando o estreitamento de laços com outras instituições e movimentos, além de fortalecer o entendimento da importância da comunicação para a efetivação dos direitos humanos”, completa Iara.





Violência de gênero

A campanha de comunicação pediu que todas as vozes se levantem contra as violações; Jackeline Romio, do Coletivo Louva Deusas, fala sobre a violência de gênero



Articulação e diversidade em defesa dos direitos

A campanha de comunicação “Todas as vozes contra a violência de gênero” reúne movimentos diversos com um único objetivo: enfrentar a violência cometida contra as mulheres e a população LGBT, considerada uma das mais graves violações de direitos humanos no Brasil.

Foi formada por: Articulação de Mulheres Negras Brasileiras, Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Coletivo de Mulheres Negras Louva Deusas, Marcha Mundial das Mulheres e Movimento de Mulheres Camponesas.

“As violências de gênero precisam ser enfrentadas. Para isso, é preciso ter decisão e vontade política. E precisam ser enfrentadas com firmeza”, afirma Tânia Chantel Freire, do Movimento das Mulheres Camponesas.

O combate ao feminicídio, à lesbofobia, à homofobia e à transfobia foi o mote da divulgação realizada pela rede de ativistas. A diversidade do grupo exigiu esforço para que a linha de atuação de cada movimento fosse compreendida e incorporada à mobilização, dando origem a uma pauta ao mesmo tempo conjunta e diversificada.

“Acredito que um dos nossos maiores ganhos foi fazer um intercâmbio de pautas entre as próprias redes”, analisa Tânia.

A DIVERSIDADE DO GRUPO

EXIGIU ESFORÇO E DEU ORIGEM

A UMA PAUTA AO MESMO TEMPO

CONJUNTA E DIVERSIFICADA

A rede “Enfrentamento à violência contra as mulheres e a população LGBTB” participou do projeto “Fortalecendo o protagonismo de redes e articulações na promoção de direitos humanos no Brasil”, realizado pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos com o patrocínio da Petrobras.

Violência de gênero

Jéssika Ribeiro, da Marcha Mundial de Mulheres, e Tânia Chantel, do Movimento de Mulheres Camponesas, dão o recado no combate à violência de gênero



A articulação de ações e linguagens ampliou o debate em defesa dos direitos de mulheres negras, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e de toda a população LGTB em contextos rurais e urbanos.

Articulados, os movimentos trabalham para construir estratégias capazes de se contrapor aos discursos e práticas conservadoras e seguir a luta pelo respeito e igualdade de direitos.



ADMITIR QUE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO EXISTE EM DIVERSOS SETORES DA SOCIEDADE É O PRIMEIRO PASSO

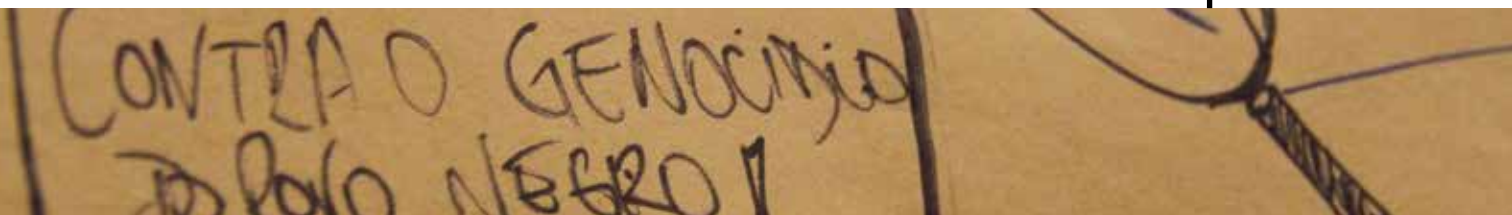


A violência contra as mulheres foi um dos temas da campanha de comunicação

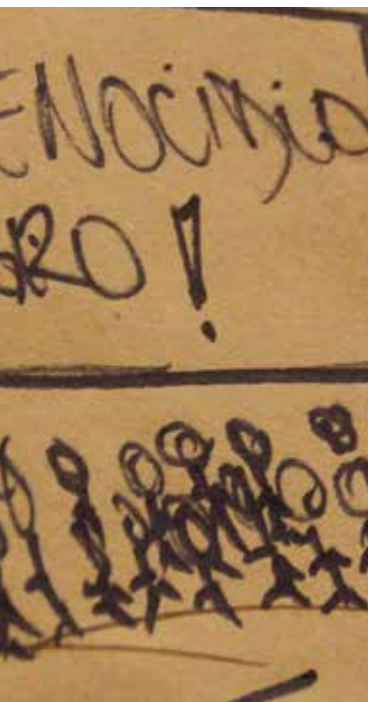


Admitir que a violência de gênero existe em diversos setores da sociedade é o primeiro (e grande) passo para enfrentar essa tradicional violação aos direitos humanos. Conseguir atuar de forma articulada é outro grande avanço.

Durante a campanha eleitoral à presidência da República, a campanha de comunicação foi curtida e compartilhada pela presidente Dilma Rousseff, o que aumentou o alcance do material. Isso ocorreu de forma espontânea, sem significar nenhum engajamento político-eleitoral.



Juventude Negra



Nas oficinas promovidas pela fundação, ativistas usaram papel e caneta para mostrar as violações que enfrentam

Denunciar o genocídio é ação permanente

Denunciar o racismo não é novidade no Brasil. Apesar disso, a rede “Enfrentamento ao Genocídio da Juventude Negra” conseguiu chamar a atenção em sua campanha de comunicação por causa do mote objetivo e direto escolhido: “Racismo Mata”.

O resultado foi além do esperado e teve repercussão nacional e internacional.

Samoury Mugabe Barbosa, da Articulação Política de Juventude Negra, afirma que a repercussão extrapolou o Brasil. Organizações internacionais procuraram os ativistas para que a campanha seja divulgada também fora do país. O próximo passo é ampliar a plataforma digital e traduzir as informações para outras línguas.

“Racismo mata é um mote que é direto e impacta”, diz Mugabe.

A campanha foi desenvolvida com o objetivo de sensibilizar a população brasileira para o genocídio da juventude negra, um grave problema de violação dos direitos humanos no país.

A morte de Michael Brown, jovem negro de 18 anos baleado por um policial em Ferguson, no Missouri, nos Estados Unidos, ganhou repercussão mundial em 2014 por causa dos protestos, o que contribuiu para ampliar o alcance da campanha “Racismo Mata”.

“RACISMO MATA É UM MOTE QUE É DIRETO E IMPACTA”, AFIRMA SAMOURY MUGABE.

A CAMPANHA CONSEGUIU REPERCUSSÃO INTERNACIONAL

A rede, uma das participantes do projeto “Fortalecendo o protagonismo de redes e articulações na promoção de direitos humanos no Brasil”, realizado pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos com o patrocínio da Petrobras, criou o site racismomata.org para reunir subsídios sobre o assunto e também ter um espaço para mobilização.

Juventude Negra



Samoury Mugabe, da Articulação Política de Juventude Negra, numa das oficinas realizadas pelo Fundo Brasil

De acordo com os números divulgados pela rede, no Brasil mais da metade dos homicídios (53%) têm como vítimas pessoas jovens. Nesse grupo, 75% são jovens negros.

Os ativistas reforçam que grande parte dessa violência é praticada pelo poder público, principalmente as forças policiais.

Para Lula Rocha, do Fejunes, as oficinas proporcionadas pelo projeto ajudaram na apropriação de ferramentas de comunicação capazes de fortalecer a luta do movimento negro.

Além do site, uma página no Facebook mobiliza grupos do movimento negro para questões como a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que propõe a redução da maioria penal e a chacina de jovens em Salvador (BA), em fevereiro deste ano.



NO BRASIL, MAIS DA METADE
DOS HOMICÍDIOS TÊM
COMO VÍTIMAS PESSOAS
JOVENS. NESSE GRUPO, 75%
SÃO JOVENS NEGROS

A rede "Enfrentamento ao Genocídio da Juventude Negra" foi formada pela Articulação Política de Juventude Negra (São Paulo), Circulo Palmarino, Fejunes (Fórum Estadual da Juventude Negra do Espírito Santo), Monabantu Movimento Nação Bantu (Conselho Nacional de Juventude – Conjuve/GT Juventude Negra), Rede de Jovens do Nordeste, Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Comunicadores, Uneafro Brasil – União de Núcleos de Educação Popular para Negras e Classe Trabalhadora.



De acordo com os ativistas, denunciar o genocídio da juventude negra é ação urgente e permanente. Porque o racismo mata.

A conquista da comunicação



Não são poucas as dificuldades de comunicação enfrentadas pelos ativistas de direitos humanos em um mercado concentrado e ainda sem definição de regras para regulamentar o acesso à informação e para evitar o monopólio dos grandes grupos empresariais.

Uma das consequências é o espaço significativo ocupado na mídia pela defesa de posturas conservadoras e discriminatórias.

A Constituição brasileira estabelece os objetivos para uma comunicação democrática e justa, mas não diz como alcançá-los. Enquanto isso, o mercado é dominado por poucos atores que decidem tudo e dominam da produção à distribuição das informações.

Neste contexto, alcançar a diversidade e a pluralidade é um desafio diário.

O projeto “Fortalecendo o protagonismo de redes e articulações na promoção de direitos humanos no Brasil”, realizado pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos com o patrocínio da Petrobras, foi planejado justamente para oferecer às redes de direitos humanos estratégias de comunicação e a consciência de que, cada vez mais, informar com eficiência é o caminho seguir.

O debate sobre comunicação e direitos humanos precisa ser feito a partir de uma realidade ainda não superada: a sociedade, de uma maneira geral, não compreende a atuação das organizações e dos indivíduos que atuam na defesa da justiça social.

Esta falta de compreensão tem relação direta com a hegemonia conservadora dos meios de comunicação, o que tem como consequência a falta de espaço para as informações sobre direitos humanos.

Mas não é apenas isso. A falta de compreensão também está ligada ao fato de que a comunicação ainda não está no centro das estratégias dos defensores e defensoras de direitos humanos no Brasil.

O Fundo Brasil tem aprimorado a sua forma de pensar a comunicação e trabalha para levar às organizações da sociedade civil estratégias que possibilitem maior geração de visibilidade.



O principal objetivo do projeto do Fundo Brasil foi ampliar o alcance das ações das redes e, assim, garantir os direitos já conquistados e avançar nas conquistas ainda necessárias. Isso ocorreu por meio do fortalecimento das redes e da capacitação de seus integrantes.

É essencial que a sociedade conheça o trabalho dos ativistas e entenda que as ações protagonizadas por eles não beneficiam apenas pequenos grupos e sim toda a população. Esse conhecimento levará à compreensão do papel fundamental dos ativistas para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

A comunicação precisa ser elevada à categoria de pilar estruturante das organizações de defesa dos direitos humanos. A sociedade civil organizada deve encará-la como parte da estratégia central de atuação e não apenas como uma das bandeiras defendidas.

O domínio das técnicas de informação e comunicação é fundamental para conseguir a mobilização social em torno das causas de direitos humanos, o que inclui a luta para a promoção do direito à comunicação.

Fortalecer a relação com órgãos como o Ministério Público e a Defensoria Pública, tentar pautar a mídia com histórias relevantes e sempre levar em conta as características do público que receberá as informações são algumas das estratégias resultantes das oficinas realizadas no projeto do Fundo Brasil.

Adequar a linguagem, quando isso for necessário, e ter em mente que o conteúdo da informação oferecida precisa respeitar o tipo de público a que é destinada também são estratégias oriundas dos encontros e oficinas.

É prioritário investir na comunicação institucional, adotar a transparência como regra para todas as ações e apostar na capacitação para utilização das técnicas de informação.

Blogs, canais de vídeo, sites e redes sociais são instrumentos para alcançar o público desejado e, ao mesmo tempo, para fortalecer as relações entre os grupos. Facebook, Twitter, Youtube e Whatsapp são hoje peças fundamentais para a comunicação dos direitos humanos.

É ESSENCIAL QUE A SOCIEDADE

CONHEÇA O TRABALHO DOS

ATIVISTAS E ENTENDA QUE AS AÇÕES

PROTAGONIZADAS POR ELES NÃO

BENEFICIAM APENAS PEQUENOS

GRUPOS E SIM TODA A POPULAÇÃO

E, como disse a jornalista Laura Capriglione numa das rodas de conversa do projeto realizado pelo Fundo Brasil, os espaços disponíveis nos veículos de comunicação são constantemente disputados. Conquistar uma parte desses espaços exige poder de argumentação, conhecimento do contexto local, regional ou nacional, disposição para insistir e a já mencionada adequação da linguagem de acordo com o veículo e o público receptor.

O diálogo entre as redes de direitos humanos e a troca de experiências entre os ativistas segue sendo importante para o alcance da justiça social. No entanto, não há mais condições para a comunicação fechada dentro de um círculo, para a “conversão dos convertidos”, como também citou a jornalista na roda de conversa.

A capacitação proporcionada por iniciativas como o projeto “Fortalecendo o protagonismo de redes e articulações na promoção de direitos humanos no Brasil” visa um passo a mais do que o proporcionado pela reflexão sobre a importância da participação dos movimentos populares nos meios de comunicação.

O objetivo é conquistar a comunicação.

